

Desigualdade socioeconômica em cidades da Amazônia paraense

Leonardo Costa Miranda¹

Mônica de Melo Medeiros²

Joicy Helena da Costa Pantoja³

Rovaine Ribeiro⁴

Resumo

Este artigo objetiva evidenciar as contradições socioeconômicas presentes na Amazônia paraense, particularmente, nas cidades de Parauapebas, Oriximiná e Itaituba. A partir do aporte teórico marxista, e com base em autores que tratam da particularidade amazônica, discute-se o processo de ocupação da Amazônia e a instalação de grandes projetos na região. Para isso, foram levantados dados em bases do Governo Federal a fim de demonstrar as desigualdades de renda presentes nos três municípios. Como resultado, a discussão e os dados demonstram uma significativa presença da pobreza em contraste aos grandes lucros das empresas que se apropriam do território e dos recursos naturais da região Norte.

Palavras-chave

Desigualdade. Cidades paraenses. Amazônia.

Socioeconomic inequality in cities in the Amazon region of Para state

Abstract

This article aims to highlight the socio-economic contradictions present in the Amazon region of Pará, particularly in the cities of Parauapebas, Oriximiná and Itaituba. Using a Marxist theoretical framework, and based on authors who deal with the particularities of the Amazon region, it discusses the process of occupation of the Amazon and the installation of projects in the region. In addition, data was collected from the Federal Government to demonstrate the income inequalities present in the three municipalities. The discussion and the data show a significant presence of poverty in contrast to the large profits of the companies that appropriate the territory and natural resources.

Keywords

Inequality. Pará. Cities. Amazonia.

Artigo recebido em janeiro de 2024

Artigo aprovado em março de 2024



Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar as contradições socioeconômicas presentes em três cidades da Amazônia paraense, a saber, Parauapebas, Oriximiná e Itaituba. O elemento em comum entre as três cidades é a presença da expansão do capital através de atividades de empresas do setor mineral. Assim, as discussões realizadas a seguir buscam recuperar os antecedentes históricos da região amazônica, com vistas a evidenciar o processo de integração da região Norte às demais regiões do Brasil, bem como a sua inserção na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), o que impacta sobremaneira as populações que vivem na Amazônia, em especial, nas referidas cidades do estado do Pará.

O método de análise que orienta a discussão trata-se do materialismo histórico-dialético, tendo em vista que o caminho de pensamento dialético construído por Karl Marx nos possibilita recuperar, na particularidade histórica, a relação entre os elementos universais e singulares. Em termos metodológicos, realizou-se pesquisa bibliográfica, lançando mão de estudos de autores que tratam da particularidade amazônica e da expansão do capital nesta região. Além disso, foram realizados levantamentos de dados, em bases do Governo Federal, para demonstrar as contradições sociais e econômicas presentes nos municípios a serem discutidos.

Para fins de organização, o artigo possui, para além desta introdução, três seções: a primeira realiza um breve resgate histórico sobre a Amazônia e sua inserção na DIT, destacando a atuação do Estado brasileiro no que se refere às estratégias para sua integração no contexto da ditadura militar; a segunda apresenta alguns elementos históricos do processo de instalação dos grandes projetos na Amazônia; e a terceira evidencia as contradições socioeconômicas nos municípios de Parauapebas, Oriximiná e Itaituba, ressaltando as desigualdades de renda e o discurso de desenvolvimento econômico para as cidades, difundido pelas empresas mineradoras. Por fim, as considerações finais e referências.

Breve resgate sobre a Amazônia e a sua inserção na divisão internacional do trabalho

A partir de um resgate histórico, pode-se afirmar que a região amazônica, da chegada dos europeus aos dias atuais, tem “uma trajetória de perdas e danos” (Loureiro, 2022, p. 12). Paradoxalmente, a região foi submetida a uma posição de subordinação, tornando-se vítima de um processo histórico de exploração de suas riquezas, que se perpetua ao longo dos séculos. Isso contribui para a degradação de sua diversidade natural e humana (Marques, 2019). No tocante a esse processo paradoxal, Violeta Loureiro afirma:

A Amazônia foi, no passado colonial, *um lugar com um bom estoque de indígenas* para servirem de escravos, no dizer dos cronistas da época; uma fonte de lucros no período das drogas sertão, enriquecendo a metrópole. Foi motivo, desde sempre, da admiração de viajantes e de cientistas naturais em geral, assim como objeto da cobiça e da exploração de aventureiros, empresários e governantes. Dos tempos coloniais aos dias atuais, a Amazônia brasileira é um lócus de exploração de matérias-primas de toda ordem (Loureiro, 2022, p. 12, grifos da autora).

Marques (2019), por sua vez, afirma que “O patrimônio amazônico é incalculável, mas a região permanece pobre, subdesenvolvida, dependente e periférica [...] porque as políticas de ocupação e ‘desenvolvimento’ da região estiveram e permanecem a serviço do grande capital nacional e estrangeiro” (p. 30). São importantes, neste sentido, as contribuições da Teoria Marxista da Dependência, na medida em que indicam como a dinamização da economia dos países capitalistas centrais (imperialistas) pressupõe o aumento das contradições e da dependência (em relação aos países centrais) dos países e das regiões periféricas (Marini, 2005). Desse ponto de vista, importa evidenciar os motivos e por quais processos a Amazônia passou a ser subjugada e explorada, especialmente no que se refere a sua inserção e lugar na DIT.

Ainda que não seja possível aprofundar sobre o processo de colonização da região⁵, é importante destacar que “O modelo colonial português, apoiado numa sociedade e nobreza ainda com fortes e arcaicos traços feudais, fez com que na região amazônica a ocupação lusitana se sustentasse no extrativismo e na escravização e genocídio indígena” (Marques, 2019, p. 49). Assim, a exploração indígena e o saque de riquezas naturais eram mais uma fonte de renda à metrópole portuguesa, considerando que grande parte dessa riqueza, por meio do comércio e outros compromissos, migrava para a Inglaterra, contribuindo para o processo de acumulação primitiva de capital (Marques, 2019).

Logo, o conceito de acumulação primitiva, já debatido por Karl Marx no Livro I de *O capital*, parece ser uma chave teórica importante para entender o processo de subordinação da Amazônia frente ao mercado global.

Acumulação primitiva ou originária de capital é o processo de constituição das bases necessárias ao florescimento e consolidação do capitalismo, da passagem do capitalismo mercantil para o industrial. Foi o longo movimento europeu de separação do trabalhador dos seus meios de produção, restando a ele tão somente sua força de trabalho que passava a vender para um patrão. Também fizeram parte a apropriação privada dos recursos públicos dentro da Europa e os diversos processos de geração de riquezas que migravam das colônias para as metrópoles europeias: escravização, comércio colonial, extração de metais preciosos, saque, pirataria etc. (Marques. 2019, p. 48).

Nesta linha de raciocínio, Loureiro (2022) afirma que no passado remoto, a Amazônia “foi [...] o lugar onde os colonizadores portugueses capturavam indígenas, pondo-os a trabalhar como guias, mateiros, remeiros; para construir igrejas, casas, fortificações, engenhos de açúcar ou para servirem como caçadores e pescadores” (p. 12). Posteriormente, os portugueses passaram a explorar as “drogas do sertão” (matérias primas tais como óleos, essências, frutos e sementes,

material para fazer remédios etc.). Verifica-se, assim, a expropriação violenta desta população dos seus meios de vida. Luxemburgo (1985, p. 255) afirma que:

O capital não conhece outra solução que não a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião da sua gênese, mas até mesmo hoje (...). O método da violência é a consequência direta do choque que se estabelece entre o capitalismo e as formações que, na economia natural, interpõem barreiras à sua acumulação.

Este *modus operandi* contribuiu sobremaneira para o processo de acumulação primitiva, porém, naquele contexto, remontavam a uma economia frágil. É apenas a partir do século XIX que a Amazônia brasileira consolida seu papel como fornecedora de matérias-primas, quando ocorre uma forte procura por borracha extrativa. As cidades de Belém-PA e Manaus-AM apareciam como as cidades que melhor apresentavam os ganhos desta forma de exploração e apropriação de trabalho – do seringueiro – no período. Neste contexto, “a forma de capital dominante era o capital comercial, remunerando-se na esfera da circulação e, por conta disso, pouco estimulando a industrialização regional” (Marques, 2016, p. 142).

Nas primeiras décadas do século XX, a atividade de extração da borracha pouco a pouco começa a perder força, devido ao crescimento da produção realizada nos seringais do Sudeste da Ásia, fazendo com que a economia regional imergisse em uma profunda e prolongada crise. A referida crise cessa com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, momento em que as forças japonesas ocupam os seringais asiáticos, possibilitando, novamente, a aparição da borracha brasileira no cenário econômico internacional. Com os Acordos de Washington⁶, o Brasil se comprometeu a conceder borracha da Amazônia – além do ferro de Minas Gerais – para os Estados Unidos (Marques, 2016).

Neste sentido, cria-se, por parte do governo federal, um ideário em torno da prática de extração da borracha, em que se arregimentou um grande contingente de cidadãos nordestinos para trabalharem na



extração de borracha na Amazônia; eram chamados de soldados da borracha aqueles que foram enviados para a região, fazendo referência aos serviços militares (Marques, 2016).

Neste contexto, sustenta Marques (2019), foram criadas inúmeras instituições para apoiar a urgência da produção, tais como o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta); a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (Sava); o Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará (Snapp) e o Banco de Crédito da Borracha (BCB). Apesar dos esforços e estratégias por parte do Governo Federal, os nordestinos se depararam com um “[...] quadro humano de fome, tristeza e desilusão” (Marques, 2019, p. 70), isso porque a realidade social da Amazônia, além de precária, era fortemente diferente do lugar de onde partiam.

Com a retomada dos seringais do Sudeste Asiático pelos Estados Unidos, a economia da borracha volta a entrar em crise devido ao desinteresse pelo produto fornecido pelo Brasil. Concomitantemente, a região amazônica passa a não fazer parte das prioridades do Governo Federal, pelo menos até a década de 1940, quando o Presidente Getúlio Vargas passa a articular estratégias para a ocupação demográfica da região. A visão a ser difundida era a de que floresta amazônica e toda sua extensão eram sinônimos de problema, atraso e decadência. Compreendida como “espaço vazio”, a floresta era entendida como um inimigo a ser derrotado, suprimido e dominado.

Com relação a este interesse em ocupar demograficamente a região amazônica, importa registrar os acontecimentos que se processavam no contexto global do capitalismo, isso porque, nesse período, “[...] verifica-se, em escala mundial, a retomada da expansão capitalista que implicou, entre outros aspectos, em transformações na organização espacial dos países do Terceiro Mundo” (Corrêa, 1987, p. 56). A partir da década de 1950, e mais fortemente a partir da década de 1960, a região Norte passou a receber uma forte política de investimento com vistas a viabilizar a acumulação do grande capital.

Destaca-se a postura da gestão de Juscelino Kubitschek em defesa desse projeto de integração da Amazônia ao restante do país e ao circuito capitalista mundial, sendo um dos mais notáveis exemplos, a criação da Rodovia Belém-Brasília, que passa pelo estado do Pará, Goiás, Tocantins e Maranhão e se conecta ainda com a Rodovia Transamazônica, chegando a outros estados do Norte e, ainda, das regiões Nordeste, Sul e Sudeste do País, e que tinha como pressuposto o estímulo à indústria metalúrgica e siderúrgica. Como bem ressalta Castro (2017), o avanço, ou melhor, o preenchimento dos “espaços vazios” apontados pelos governos e pelo capital nacional, demandava a construção de grandes obras de infraestrutura.

Com o Golpe Empresarial-Militar de 1964, o referido discurso de proteção da Amazônia frente à eminente ameaça dos demais países é acentuado pelos líderes militares. Este discurso ideológico difundido anulava qualquer possibilidade de desenvolvimento de uma política regional e desconsiderava os povos que viviam nessa região e possuíam relação estreita com a floresta (indígena, caboclo, migrante, posseiro, os remanescentes de quilombos etc.), e abria a Amazônia para o capital internacional (Marques, 2019). Daí que o Governo Militar dispôs para o grande capital uma série de incentivos fiscais, tais como concessão de recursos, isenção de impostos, entre outros, com vistas a fortalecer a acumulação capitalista e demarcar o papel da região amazônica nesta dinâmica.

O Governo Militar destituiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e, em seu lugar, criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que ficou responsável por gerir os fundos constitucionais que eram utilizados na garantia dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado para as empresas nacionais, bem como aquelas de fora do país que possuíssem interesse em se instalarem na região amazônica. Foram criados ainda o Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). O Governo Militar colocou em marcha diversas

iniciativas com o objetivo de desenvolver a região, as quais impuseram uma reestruturação produtiva na região.

Na década de 1970, foram criados o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). Suas criações, segundo o Governo Militar, iam ao encontro do discurso de integração da Amazônia, porém, as principais questões que estavam por trás eram duas: os conflitos por terra no Nordeste e a política de entrega da floresta. Apesar de estar em fina sintonia com os princípios do Governo Militar, tais programas passaram a disputar os incentivos fiscais anteriormente repassados totalmente para a SUDAM, o que ocasionou perda de poder desta última. Ainda em 1974, Marques (2012) afirma que outros programas foram criados, diminuindo ainda mais tais incentivos da Superintendência.

Ainda, outras mudanças engendradas pelo Governo Federal foram postas em prática, são exemplos o Estatuto da Terra e o novo Código de Mineração, os quais foram de suma importância para a separação entre propriedade da terra e subsolo, bem como para a abertura do setor mineral nacional para as empresas multinacionais. Tais mudanças deram o tom da posição que a Amazônia passaria a ocupar na Divisão Internacional do Trabalho.

Nos idos da década de 1990, a política neoliberal avança no Brasil e, com isso, aprofunda-se o papel da Amazônia como fornecedora de matérias-primas. Em 1997, a Vale, anteriormente Companhia Vale do Rio Doce, foi privatizada pelo preço de R\$ 3,3 bilhões de reais.

Nos primeiros anos do século XXI, contrariando as expectativas de um governo mais alinhado ao espectro de esquerda, o governo de Luís Inácio Lula da Silva, manteve as linhas gerais da política neoliberal, em que pese o avanço no campo das políticas sociais, especialmente voltadas para a população mais empobrecida. Ainda no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), mas, sob o comando de Dilma Rousseff, “ampliou-se a pilhagem das riquezas minerais, sociais e biogenéticas.

Grandes mineradoras multinacionais estão instaladas em diversos pontos da região, particularmente em sua porção oriental”. No caso do Pará, por exemplo, tem-se o Projeto Grande Carajás. “Essa é a função da Amazônia na atual DIT imposta pela acumulação de capital na lógica da globalização do saque, ditada pelas multinacionais, incluída a Vale” (Marques, 2012, p. 41).

Os grandes projetos na Amazônia

É importante a contribuição do pensamento de Santos e Silveira (2001) para compreender a apropriação do território pela lógica do capital, no caso da Amazônia, através da atividade de empresas multinacionais, o que ficou amplamente conhecido como “grandes projetos” do capital. Ao tratar do território brasileiro, os referidos autores afirmam que “há espaços que comandam e espaços que obedecem, mas o comando e a obediência resultam de um conjunto de condições, e não de uma delas isoladamente” (p. 265). Do ponto de vista da grande economia global, a região amazônica, a partir do seu processo de ocupação e, de forma mais contundente, de sua inserção na Divisão Internacional do Trabalho, passa a ocupar o lugar de resposta ao espaço de comando do capital.

Trindade Jr., Leite e Oliveira (2021), com base em Santos e Silveira (2001), afirmam que para pensar a Amazônia, é necessário considerar os elementos que demonstram a relevância da região no âmbito da formação socioespacial brasileira, sobretudo porque esta é marcada pela dialética de temporalidades e espacialidades que conflitam entre si e, ao mesmo tempo, se complementam no uso do território.

Nesta linha de raciocínio, a interpretação de Santos e Silveira (2001) acerca dos grandes projetos na Amazônia é fundamental, pois para os autores, a instalação destes projetos significou uma resposta aos rearranjos no território necessários à ampliação da lógica capitalista, na medida em que “integravam sistemas técnicos mais amplos e que carregavam consigo discursos e objetivos de atores hegemônicos de

economia, da política e da cultura” (p. 101). Os grandes projetos são, para Milton Santos, *grandes objetos no território*⁷.

Diretamente atrelados a uma unidade de comando, os ‘grandes objetos’ sugerem uma resposta, no plano do território, às necessidades do novo arranjo espacial no âmbito regional, e ao novo esquema de relações a que está circunscrito o espaço no período técnico-científico informacional. Representam, assim, um conjunto de objetos, e no caso amazônico, de ‘grandes objetos’, comandados por um conjunto de ações cada vez mais estranhas ao lugar, cuja unidade de comando é dada por grandes corporações que ditam as normas, o ritmo, a forma e a lógica da produção a partir de seus espaços de comando, transferindo, *ipso facto*, tecnologias, formas de organização do trabalho, sistemas de produção e valores no âmbito da ordem interna da empresa, mas também na pluralidade das relações sociais que se fazem necessárias à dinâmica da nova produção (Trindade Jr., 2010, p. 123, grifo do autor).

Nesta lógica, a Amazônia foi esvaziada das condições de controle dos objetos que em seu território se instalaram, por isso, “A Amazônia se configurava [...] como uma ‘região do fazer’ no contexto de uma divisão territorial do trabalho estabelecida em bases ampliadas” (Trindade Jr., 2010, p. 101). Este rearranjo do território amazônico, necessário para a lógica capitalista, em especial, as empresas multinacionais, impõe novas configurações aos modos de viver das populações pertencentes à região.

As novas necessidades sociais decorrentes dos processos de expropriação no campo e de precarização das condições de vida nas cidades são manifestações do crescimento da miséria, à medida que o capital avança sobre as áreas de fronteira. A Amazônia passa a se constituir um espaço a ser conquistado e um dos efeitos desse processo na dinâmica da divisão social do trabalho é a quebra da lógica da vida eminentemente vinculada à floresta, aos rios e ao solo e subsolo (Barbosa; Sá, 2009, p. 74).

Os *grandes objetos* que se instalam na Amazônia e toda a racionalidade necessária para a sua operacionalização são exemplos desses processos de expropriação. E, como já mencionado anteriormente, a inserção de grandes capitais fez parte da estratégia do estado ditatorial para sair da crise econômica. Nas palavras de Loureiro (2022),

Para os países centrais, a Amazônia afigurou-se como um *locus* privilegiado para o investimento predatório: região dotada de enorme potencial hidrológico, dispondo de uma floresta densa, não valorizada pelos governos, tanto o central quanto os locais [...] O governo militar integrava a Amazônia não mais para combater o isolamento geográfico, mas, sim, para convertê-la numa nova periferia do centro nacional [...] (p. 102-103, grifo da autora).

Com o fim do denominado “milagre econômico”, o país se deparou com novos desafios, sobretudo devido à crise internacional que se processava naquele contexto. Sob o governo de Ernesto Geisel, o investimento pesado na industrialização foi a saída para solucionar a crise. No âmbito nacional, foi implantado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PNAD), e no regional, o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), que corroboravam com o papel a ser assumido pela Amazônia na acumulação capitalista e na Divisão Internacional do Trabalho: fornecer matérias-primas naturais, particularmente os minerais (Marques, G; Marques, I; Carneiro, 2019). Nas palavras de Marques, “A ditadura empresarial-militar brasileira impulsionou na Amazônia empreendimentos para a exploração mineral em escala industrial, voltados para o exterior” (p. 109).

A partir desse momento, tem-se uma aceleração na instalação de grandes projetos na Amazônia brasileira. A descoberta do manganês no Amapá ocorreu em 1945, e sua exportação foi iniciada em 1957. Porém, foi a partir de 1974, com o lançamento do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) que se pode observar muitas multinacionais interessadas em extrair minerais na região (Marques, G; Marques, I; Carneiro, 2019).



Sá e Nascimento (2012) afirmam que uma das medidas mais importantes dos governos militares foi a revisão do Código de Minas, visto que possibilitou a pesquisa de recursos naturais pelo capital estrangeiro, por meio do Projeto Radar da Amazônia (RADAM). Este projeto tinha como objetivo mapear os recursos naturais de todas as ordens. Estes estudos, impulsionados pelos governos militares, atraíram o capital estrangeiro e contribuíram para a implantação de grandes projetos na região amazônica. Temos assim, o Estado como um aliado aos interesses do grande capital no projeto de expropriação da Região.

Algumas das primeiras experiências que remontam ao interesse do capital estrangeiro e a instalação de projetos na Amazônia foi o Projeto FORD, no estado do Pará, e o Projeto ICOMI, no estado do Amapá (Nascimento; Sá, 2012). Destaca-se que o Projeto ICOMI resultou em uma descapitalização ecológica irreversível, a ponto de exaurir uma das mais ricas jazidas de manganês do planeta. As autoras afirmam, neste sentido, que embora no discurso que antecedia a instalação do Projeto ICOMI no Amapá houvesse a promessa de desenvolvimento, o que realmente restou foi uma enorme cratera a céu aberto e a cidade de Santana-AP, surgida a partir da construção de um porto voltado para o embarque de minério.

Com base em Magalhães Filho (1987), as autoras Nascimento e Sá (2012) classificam os grandes projetos em: 1) Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional Explícito, dos quais destacam-se: a) Incentivos Fiscais administrados pela SUDAM (apoio a projetos do setor privado); b) Incentivos Fiscais administrados pela SUFRAMA (apoio a projetos do setor privado); c) Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); d) Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (POLONOROESTE); e) Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas (PDRI Amazonas); e 2) Grandes Projetos Setoriais/Nacionais, destacando: a) Programa Grande Carajás (Carajás - Ferro; Albrás/ Alunorte - Alumina e Alumínio; Hidroelétrica de Tucuruí; Estrada de Ferro Carajás (EFC) ligando

Parauapebas/PA a São Luís/MA; Porto de Vila do Conde em Barcarena/PA); b) Projeto Jari; c) Programa da Borracha (PROBOR); d) Projeto Trombetas (mineração de bauxita).

Dentre os projetos, o de Carajás foi o que concentrou maiores recursos, dando origem ao Programa Grande Carajás (PGC), sendo “[...] um programa destinado a criar as condições infra estruturais e financeiras necessárias à exploração mineral na Amazônia” (Marques, G; Marques, I; Carneiro, 2019, p. 70). O principal objetivo do PGC era a extração de ferro da mina de Carajás. O espaço em que o PGC era operado englobava partes dos estados do Pará, Maranhão e o Tocantins. As jazidas eram exploradas com exclusividade pela Companhia Vale do Rio Doce (Atualmente, Vale).

Marques (2012) afirma que esse quadro da produção mineral foi acompanhado de um agravamento no que diz respeito à concentração de terras e dos conflitos fundiários. Por parte do Estado, houve negligência quanto aos espaços *não-vazios* da região, tendo em vista que neles vivem povos indígenas, caboclos, ribeirinhos, entre muitas outras populações originárias, todas com seus próprios modos de viver. Como apontam Hauradou e Amaral (2019, p. 409), esse quadro se trata de “[...] um processo predatório de exploração mineral, com histórico de usurpação das terras que, sob o aval do Estado brasileiro”.

Ressalta-se que esta nova configuração de um projeto para a região amazônica não se limitava à prática de extração do minério, mas, se estendia para outras, como na agropecuária, em que os setores regionais deveriam passar a conviver com setores de outras regiões, inclusive internacionais (Volkswagen, Coca-Cola, Pirelli, Goodyear, entre outras) (ibidem).

Assim, na medida em que houve um importante esforço para mobilizar recursos para a integração da Amazônia, o Estado brasileiro garantiu a inserção de capitais nesta região. Mas não apenas, também abriu caminho para a acumulação ampliada do capital ao passo em que respondeu aos interesses da burguesia nacional e multinacional

(ibidem). Desse modo, a burguesia regional aceitou ocupar um lugar de subordinação nessa nova fase, “contente com as terras recebidas e os resíduos (não pequenos se comparados ao capital regional) dos incentivos fiscais” (ibidem, p. 39).

É de suma importância denominar os processos para compreender o papel que a Amazônia passa a cumprir especialmente a partir de sua inserção na DIT, isso porque a subjugação de sua natureza e de seus povos ao funcionamento de grandes multinacionais caracterizam sucessivos processos de expropriação.

Harvey (2014), sugere uma atualização da terminologia para acumulação por espoliação ao defender que é necessária uma atualização do conceito de “acumulação primitiva”, tendo em vista que o capitalismo não se encontra mais no seu processo de amadurecimento, e sim, em condição de sistema hegemônico. No entanto, Virgínia Fontes (2010, p. 63), assinala, resgatando escritos de Karl Marx, que “a expansão das relações sociais capitalistas pressupõe sempre sucessivas expropriações”, ainda que cada etapa do processo possua particularidades do tempo histórico.

Neste atual estágio do sistema, a classe dominante tem colocado em marcha processos de sucessivas expropriações, as quais têm afetado de forma expressiva as condições de vida das populações como as que vivem na região amazônica. Na sessão seguinte, veremos em que medida a instalação de grandes objetos na Amazônia paraense têm resultado, de fato, na melhoria das condições de vida das populações que nela vivem.

Contradições socioeconômicas nas cidades da Amazônia paraense: os casos de Parauapebas, Oriximiná e Itaituba

As cidades amazônicas possuem particularidades, tanto do ponto de vista de suas paisagens quanto de seus conteúdos urbanos/rurais, econômicos, políticos e culturais. Mas, ao mesmo tempo, a dimensão particular dessa região está intrinsecamente relacionada à sua forma-

ção socioespacial, conforme apontado nas seções anteriores. Nesta região, podemos visualizar cidades econômicas ou tradicionais, ribeirinhas ou planejadas, e cidades híbridas, com conteúdo urbano e rural (Trindade Jr, 2010). No caso da instalação de grandes projetos, destacam-se, por exemplo, as cidades planejadas para dar suporte às empresas que se instalam na região.

Neste sentido, estudos como os de Castro (2009) e Trindade Jr. (2010) são fundamentais para – à luz da teoria de Milton Santos em que aborda as cidades do campo e as cidades no campo – conceituar as cidades amazônicas como as cidades da floresta e as cidades na floresta. Por cidades na floresta, entendemos:

A criação de modernas cidades planejadas para atender aos interesses dessas atividades também marca uma particularidade da Amazônia no território brasileiro, uma vez que esses núcleos urbanos são concebidos na região com o intuito de viabilizar as operações dos projetos econômicos instalados e servir como base apoio aos grandes objetos (Trindade Jr; Leite; Oliveira, 2021, p. 107).

À luz desta citação, podemos tomar como exemplo três cidades paraenses, quais sejam: Parauapebas, Oriximiná e Itaituba. A escolha dessas três cidades não se deu de maneira aleatória: a atividade econômica predominante é a de extração mineral. Cada uma dessas cidades paraenses tem, no seu desenvolvimento histórico, sintonia com a expansão do grande capital nessas regiões e das atividades econômicas ligadas ao setor mineral. Mesmo que o surgimento de parte delas não esteja diretamente vinculado à instalação de multinacionais, pode-se observar que a chegada dos grandes projetos impactou sobremaneira seus territórios, ocorrendo uma verdadeira captura destas cidades pelo capital.

Parauapebas tem seus antecedentes históricos vinculados à extração de ouro na região amazônica. Na década de 1960, pesquisadores descobriram a maior reserva mineral do mundo, localizada em Carajás, ainda no município de Marabá. O direito de explorar minério de



ferro, ouro e manganês foi cedido, pelo governo federal, à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente, apenas Vale.

Na década de 1980, implantou-se na região o Grande Projeto Carajás (GPC), o que gerou uma grande onda de migração, de um lado, de trabalhadores necessários para operacionalizar o projeto e, de outro, de pessoas em busca de emprego e melhores condições de vida. Assim, o GPC demandou a construção de um espaço para absorver esse grande fluxo, dando início a construção de uma vila denominada Parauapebas. Em pouco tempo, em um lugar próximo à construção da vila, um núcleo urbano surgiu, o povoado de Rio Verde, com infraestrutura demasiadamente precária. A partir daí, houve um crescimento descontrolado, levando a um movimento de emancipação, haja vista que até então fazia parte de Marabá. Em 1988, Parauapebas tornou-se emancipada, e Rio Verde passou a constituí-la como um de seus bairros.

Já Oriximiná tem sua história vinculada ao estabelecimento de quilombos ao longo do rio Trombetas, no século XIX. Em 1886, foi elevada ao nível de freguesia, e nos anos seguintes foi objeto de desentendimento político, deixando inclusive de ser considerada município, no ano de 1900. Porém, em 1934, tornou-se oficialmente um município. A partir de 1970, o município passou por importantes transformações, devido, em grande parte, à descoberta de reservas de bauxita. Nessa mesma década, foi estabelecida no município, a Mineração Rio do Norte (uma empresa formada por capital público e privado), sob comando Companhia Vale do Rio Doce e da *Aluminium Company of Canada* (ALCAN). Por mais de 40 anos, a Mineração Rio do Norte tem atuado no município de Oriximiná.

O município de Itaituba tem forte influência do setor de mineração, em que se destacam as atividades de exploração de ouro no Vale do Tapajós. No período entre a década de 1980 e início da década de 1990, estima-se que tenham sido exploradas da região mais de 500 toneladas de ouro. Neste contexto, observou-se o crescimento desorganizado da cidade, com um expressivo aumento da pobreza, no entorno da cidade, além da degradação ambiental causada pelo

mercúrio. Atualmente, o município conta com diversas empresas que atuam no ramo da mineração.

Melo e Santana (2021) sustentam que o dinamismo econômico oferecido pela instalação das empresas não se reverte, na esmagadora maioria das vezes, em melhores condições de vida e acesso aos direitos nas cidades, isso porque não há qualquer interesse em políticas de redistribuição de renda, ao contrário, o que se vê é um processo de acumulação capitalista, apoiada pelo capital financeiro.

No caso da cidade de Parauapebas, é visível a sua importância na participação do PIB do estado do Pará, bem como na tabela de exportação. Ainda que os municípios de Oriximiná e Itaituba apresentem menor participação, figuram posição de destaque dentre os 144 municípios paraenses, estando nas posições 13^a e 14^a, respectivamente, segundo dados da FAPESPA (2022). A Tabela 1 destaca os três municípios paraenses.

Tabela 1 - População total e estimativas populacionais do estado do Pará e dos municípios de Parauapebas, Oriximiná e Itaituba - 2021

Estado/Município	População	PIB	Exportação
Pará	8.811.659	R\$ 178.376.984	R\$ 29.525.877.817
Parauapebas	266.424	R\$ 23.035.847	R\$ 12.353.229.794
Oriximiná	68.294	R\$ 2.087.921	R\$ 140.615.666
Itaituba	123.323	R\$ 2.046.616	R\$ 126.021.117

Fonte: IBGE (2022) e FAPESPA (2022).

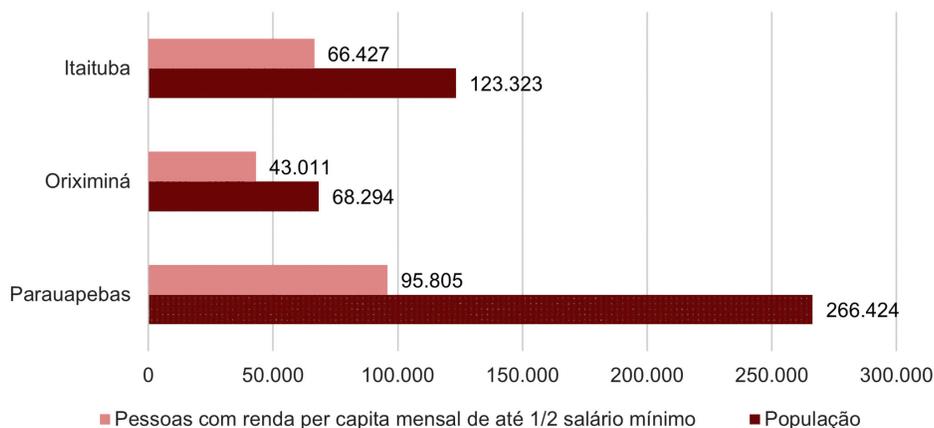
Com base na tabela anterior, pode-se afirmar que as cidades possuem uma importante participação na economia paraense, especialmente no que se refere ao setor mineral. Mas, é importante mencionar que o estado do Pará, como um todo, figura a primeira posição, em nível de Brasil, no que se refere aos estados com maior participação na produção mineral comercializada, segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração/IBRAM (2022). Após o Pará, estão os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia, entre outros.

Importa destacar, neste sentido, que a empresa Vale (antes, Companhia Vale do Rio Doce) teve, no ano de 2022, o terceiro maior lucro da história entre as empresas listadas na B3, a bolsa de valores brasileira; perdendo apenas para a Petrobrás em 2021, e para si mesma, em que teve, ano de 2021, o maior lucro da história. Esse dado é importante, porque demonstra que a extração no setor mineral corresponde a um exorbitante lucro na região Norte.

Além dos altos valores de lucro da Vale, chama atenção o lucro obtido por outras empresas no setor mineral, sobretudo aquelas novatas, como é o caso da empresa Gana Gold Mineração que atuou em Itaituba. Esta empresa possuía licença para operação de pequeno porte e, no entanto, faturou 1,1 bilhão no ano de 2020 em um curto espaço de tempo⁸. Em Oriximiná, a mineração também tem levado a um lucro expressivo para as empresas.

Assim, cabe verificar em que medida essas participações, que pressupõem a presença do grande capital nestas regiões, têm se traduzido na melhoria das condições de vida para as populações, tendo em vista que o desenvolvimento social, além do desenvolvimento econômico, está presente nos discursos tanto do Estado, quanto destas empresas que chegam aos municípios. A seguir, serão apresentados dados relativos ao número de famílias presentes no Cadastro Único (CadÚnico), com o objetivo de demonstrar a distribuição de renda no recorte delimitado para a discussão aqui realizada. Os municípios contam com um alto número de pessoas vinculadas ao CadÚnico, conforme é possível observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de pessoas vinculadas ao CadÚnico que possuem renda per capita até meio salário-mínimo em relação ao número total de habitantes dos municípios de Parauapebas, Oriximiná e Itaituba



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (2023).

Dentre os municípios, o maior número de pessoas que recebem até meio salário-mínimo está em Parauapebas, no entanto, observa-se que proporcionalmente, o município que conta com maior nível de desigualdade de renda é o de Oriximiná, em que quase 63% da população tem renda per capita abaixo de R\$ 651,00. Nota-se que o panorama é semelhante em Itaituba. Embora essa tendência não esteja presente em Parauapebas, os dados indicam um número significativo de famílias de pessoas que possuem renda per capita de até meio salário-mínimo.

Assim, os dados demonstram um descompasso em que, ao mesmo tempo que há produção de riquezas exorbitantes nos referidos territórios, também se observa a não redistribuição dessa riqueza, ou seja, a apropriação privada do capital por um grupo. Se, por um lado, esses indicadores não esgotam a dimensão dessa contradição, por outro, são capazes de demonstrar a essência do modo de produção capitalista, em que aqueles que mais exploram a natureza e o trabalho são aqueles que mais usufruem dos lucros gerados, enquanto aquelas áreas que têm a sua riqueza saqueada são as que mais apresentam a degradação em altos níveis, bem como não garantem as mínimas condições de vida das populações.

Assim sendo, os dados anteriormente apresentados demonstram apenas alguns dos impactos deixados pelo rastro de destruição do capital nas cidades amazônicas. Embora o PIB desses municípios indique a importância de suas participações para os setores econômicos do estado do Pará, isso não se traduz efetivamente na melhoria das condições de vida e renda da maior parte da população. Ora, não há dúvidas de que isso é uma tendência nesse modo de produção capitalista baseado na expropriação, especialmente naquelas cidades amazônicas com maior inserção na DIT.

Considerações finais

Os estudos que tratam da Amazônia são de fundamental importância, pois ao recuperarem o processo histórico, social e político da região oferecem subsídios para a sua compreensão através de uma concepção crítica, capaz de vincular processos globais e particulares. Contudo, é necessário atualizar esses estudos, fazendo surgir a questão: hoje, o que mudou na vida da classe trabalhadora, das populações originárias e outros povos que vivem na Amazônia, em especial, neste caso, a partir da instalação de grandes projetos na região?

As empresas internacionais que se instalaram na Amazônia com o objetivo de extrair matéria prima, com aval do Estado brasileiro, certamente podem ser citadas como um claro exemplo de exploração da natureza em nome do capital e do lucro. No plano do discurso, o que se tem é uma promessa de melhoria das condições concretas de vida da população, no entanto, inúmeras pesquisas têm apontado, e até mesmo denunciado que, na verdade, tais empresas têm retirado povos originários de seus territórios, apropriando-se dos saberes tradicionais dos povos da floresta sem qualquer tipo de retorno à comunidade/povo/população, entre muitas outras formas de violação à vida. Neste sentido, o que deixam para a região, durante e após a retirada de matérias-primas é a desigualdade social e de renda, como demonstraram os dados apresentados.

Em síntese, a particularidade social e histórica da Amazônia não pode ser pensada desarticulada dos elementos universais que o capitalismo global tem imprimido em seu desenvolvimento, que impactam sobremaneira no desenvolvimento regional e urbano da Amazônia. Os processos de expropriação do capital são cada vez mais intensificados a partir das crises cíclicas do modo de produção, o que acelera o avanço predatório do capital sobre a sociedade e natureza. Sendo assim, é importante reafirmar que não há saída para as contradições socioeconômicas geradas pela expansão do capital na Amazônia, posto que a natureza do capital é de destruição e barbárie. É necessário a superação dessa ordem, procurando assim, estabelecer uma outra dinâmica da relação sociedade/natureza. Essa relação, sob a ordem do capital, já se mostrou insustentável.

Referências

BARBOSA, M. J. de S.; SÁ, M. E. R. de. A Questão Social na Amazônia no Capitalismo Contemporâneo: o estado do Pará em foco. *In*: SCHERER, E. (Org.). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009.

CASTRO, E. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. *In*: CASTRO, E. (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia** – saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, E. **Cidades na Floresta**. SP: Annablume, 2009. Pp. 11-41.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, v., 49, n. 3, 1987.

FAPESPA. FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMAPARO A ESTUDOS E PESQUISA. **Anuário Estatístico 2022**. FAPESPA, 2022. Disponível em: < <https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2022/#services-list>>. Acesso em: 10. jan. 2024

FONTES, V. **Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Ed UFRJ 2010.

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. *In*: **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014, p. 115-133.

HAURADOU, G. R.; AMARAL, M. V. B. MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: aspectos da presença e avanço do capital na região. *In*: **Revista de Polí-**

ticas Públicas da UFMA, v. 23, p. 402-420, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/11929>. Acesso em: 20 jan. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/numeros-do-censo.html#:~:text=Mais%20de%202015%20milh%C3%B5es%20de%20habitantes%2C%20aproximadamente%2075%20milh%C3%B5es%20de%20domic%C3%ADlios%20a%20serem%20visitados%2C%205.570%20munic%C3%ADpios>>. Acesso em: 10. jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Setor Mineral**: 1T22. Brasília, DF, abr. 2022. Disponível em: <https://ibram.org.br/publicacoes/?txtSearch=&checkboxsection%5B%5D=162&checkbox-section%5B%5D=1236#publication>. Acesso em: 06 nov. 2024.

LOUREIRO, V. **Amazônia, colônia do Brasil**. Manaus: Valer, 2022.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação de Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In*: STEDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, G. de S. **Amazônia**: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular. 1. ed. 2019.

MARQUES, G. de S. Fracasso do Desenvolvimento Regional? Instituições e Desenvolvimento na Amazônia. *In*: GOMES, V. L. B.; VIEIRA, A. C. de S.; NASCIMENTO, M. A. C. (Orgs.). **O avesso dos direitos**: Amazônia e nordeste em questão II. 1ed. Recife: Ed. UFPE, 2016, p. 139-175.

MARQUES, G. de S. Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral? *In*: **Universidade e Sociedade**. Brasília: DF, Ano XXI, nº49, p.32-45, jan., 2012.

MARQUES, G. de S.; MARQUES, I. C. R.; CARNEIRO, J. Q. Ditadura empresarial-militar, AI-5 e Amazônia. **Universidade e Sociedade (BRASÍLIA)**, v. 1, p. 60-75, 2019.

MELO, M. M.; SANTANA, J. Expropriação da terra na Amazônia: participação do Estado e desigualdade socioeconômica. **Revista Praia Vermelha**. v. 31 n. 1, p. 83-108, 2021. Acesso em: 10. jan. 2024.

NASCIMENTO, N. do S. F.; SÁ, M. E. R. de. Acumulação de Capital e Cidades na Amazônia: Produção de Riquezas e Negação de Direitos Sociais. *In*: GOMES, V.

L. B.; VIEIRA, A. C. de S.; NASCIMENTO, M. A. C. (Orgs.). **O Averso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em Questão**. Recife: Ed. Universitária/UFPA, 2012.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E. E.; MAIA, M. L. **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: NAEA-UFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. – 21ª Ed. – Rio de Janeiro; Ed. Record, 2021.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 51, p. 113-137, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34662>. Acesso em: 10. jan. 2024.

TRINDADE JR., S-C. C.; LEITE, G. C. S.; OLIVEIRA, H. M. P. **O pensamento de Milton Santos e a Amazônia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

Notas

- 1 Assistente Social formado pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA. Discente do Curso de Doutorado do PPGSS/UFPA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano/GEP-CIHAB. Orcid <http://orcid.org/0000-0002-2675-8448>. E-mail: leonardocostamiranda1@gmail.com
- 2 Assistente Social formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA. Discente do Curso de Doutorado do PPGSS/UFPA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano/GEP-CIHAB. Orcid <https://orcid.org/0000-0002-5602-3661>. E-mail: m3monicamelo@gmail.com.
- 3 Assistente Social formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Discente do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano/GEP-CIHAB. Orcid <https://orcid.org/0009-0001-7336-0395>. E-mail: joycehelenac17@gmail.com.
- 4 Geógrafa, Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), professora da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Marabá. Integrante da Coordenação do Grupo de Estudos e

Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). Orcid n° <https://orcid.org/0000-0003-4111-3776> E-mail: rovinehagn@gmail.com.

- 5 Para tanto, consultar Marques (2019) e Loureiro (2022).
- 6 Os acordos de Washington afirmavam que o Governo do Estados Unidos teria exclusividade à produção de borracha brasileira, de igual maneira, o referido governo iria incentivar a produção através de recursos financeiros (Marques, 2016).
- 7 “Os objetos são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam... No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas é, também, frequentemente simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes” (Santos, 1995, p. 15).
- 8 A discrepância entre o lucro obtido e a licença concedida pelo Estado chamou a atenção da polícia federal. As investigações apontaram que a referida empresa obteve autorização para operar, pois a prefeitura de Itaituba atropelou as legislações, tanto em nível estadual quanto federal, para licenciar a mina que recebia atuação da empresa, caracterizando nitidamente um lobby político. Com o avanço das investigações, a mineradora em questão foi paralisada, deixando de pagar seus funcionários. As investigações também apontaram que as atividades mineadoras eram ilegais, realizadas dentro de uma área de preservação. Informações constam na Intercept e no site de notícias do G1.